



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º SEI-002960/2026**

<b>ITEM</b>	<b>ÍNDICE CONTEÚDO</b>	<b>PÁGINA</b>
01	PREAMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	02
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	05
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	05
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	06
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	08
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	09
14	GARANTIA DA PROPOSTA	10
15	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
16	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
17	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	13
18	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	14
19	RECURSOS	18
20	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	19
21	NOTA DE EMPENHO	19
22	SUBCONTRATAÇÃO	20
23	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20
24	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	21
25	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	22
26	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	24
27	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
28	GARANTIA CONTRATUAL	26
29	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	27
30	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	27
31	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	27
32	DISPOSIÇÕES FINAIS	28
33	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	29
34	FORO	29
	<b>ANEXOS</b>	
I	TERMO DE REFERÊNCIA	30
I – A	REGULAMENTO DO CONCURSO LEITEIRO	54
I – B	CROQUI EVENTO	55
I – C	MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA – FACULTATIVA	56
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	57
III	MINUTA CONTRATUAL	67

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **1. PREAMBULO**

1.1. **O Município de Macaé**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR LOTE**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Municipal nº 026/2023 e 032/2026 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: 09/06/2026

1.3. Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal do Município de Macaé:  
<https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.compras.gov.br>

1.5. UASG: **985847**

### **2. OBJETO**

2.1. O objeto desta licitação trata-se da contratação de empresa especializada em serviços de produção e organização de competição de cavalos marchador, gado nelore e concurso leiteiro, para realização da 42ª Exposição Agropecuária de Macaé, a ser realizado entre 24 e 29 de julho de 2026, no Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha, para atendes as necessidades da Secretaria Municipal de Agroeconomia, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

### **3. PRAZO**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura.

3.2. O evento em si, com todas as suas provas e atrações, será executado no período de 06 (seis) dias consecutivos, que ocorrerá nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29 de julho de 2026.

3.3. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000.

3.4. Os serviços serão executados a partir da assinatura do contrato, dentro dos prazos previstos nos subitens anteriores e o contrato terá duração de 90 (noventa) dias.

### **4. PREÇO ESTIMADO**

4.1. O preço total estimado da presente licitação é R\$ 865.253,87 (oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Programa de Trabalho: 206060039.1.108000

5.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00

5.1.3. Número Reduzido: 1465

5.1.4. Fonte: 704-1

### 6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

### 7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Para os lotes **1, 2 e 3** do termo de referência, poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.5. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

7.5.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.5.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

7.5.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.5.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

7.5.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.5.6. Será exigido do consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, quando for o caso.

7.5.6.1. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

7.5.7. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.5.1 deste Edital.

7.5.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

## **8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do **Município de Macaé**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

## **9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

## **10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES**

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.3.1.5. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.1.6. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 16 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Macaé;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

### 11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.compras.gov.br>

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### 12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência – **anexo I** e do modelo de proposta de preços – **anexo II** deste edital.

12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do anexo II deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

### 13. FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

13.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta obedecerá ao(s) subitem(ns) a seguir:

13.4.1. Para o(s) item(ns) **1 a 57** do termo de referência, o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo de real).

13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

13.7.1. Considerar-se-á inexecutável na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

13.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

### 14. GARANTIA DA PROPOSTA

14.1. Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.1.1. Caução em dinheiro;

14.1.2. Seguro- garantia;

14.1.3. Fiança bancária.

14.2. O comprovante do recolhimento da garantia deve ser **emitido** até o horário final para cadastramento de sua proposta no sistema compras.gov.

14.3. O comprovante do recolhimento da garantia será **encaminhado** via sistema após fase de lances, considerando que o sistema compras.gov não realiza upload de arquivos antes da referida fase, mediante a solicitação do Agente/Comissão de Contratação.

**14.4. Deverá ser encaminhado juntamente com o solicitado no subitem anterior o Comprovante de Pagamento**

14.5. O não envio da garantia e/ou do comprovante de pagamento será motivo de desclassificação da proposta.

14.6. A **elaboração** do referido documento após o horário de abertura do CERTAME será motivo de desclassificação.

14.7. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

14.8. A Comissão / Agente de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

14.9. A Garantia que trata o item 14.1.1 será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **15. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

15.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

15.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

15.2. Serão desclassificadas as propostas que:

15.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

15.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

15.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

15.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

15.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

15.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

15.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

15.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

15.6.2. Empresas brasileiras;

15.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

15.6.5. Persistindo o empate, após aplicar os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, será realizado sorteio, automaticamente pela própria Plataforma COMPRASGOV, tendo em vista a nova funcionalidade sistêmica.

## **16. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.

16.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

16.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

16.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

16.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

17.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

17.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

17.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

17.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

17.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

17.4. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenadoria Geral de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

17.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

### 18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

18.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

18.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

18.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

18.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

18.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

18.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

18.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa;

18.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

18.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

18.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

18.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

18.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

18.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

18.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

18.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

18.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

18.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

18.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

18.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 18 deste Edital.

18.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

18.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

18.2.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a prestação de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

18.2.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

18.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Deverá ter a Especificação do(s) Responsável (is) Técnico(s) indicados referente à respectiva área licitada e comprovante de inscrição destes nas respectivas entidades profissionais: inscrição do veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

18.2.3. A comprovação de vínculo profissional, que se referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme Súmula 10/2022 do TCE/RJ, sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

18.2.4. Atestado de visita do local onde será executado o serviço, conforme anexo I - C expedido pela Secretaria Municipal de Agroecologia. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Agroecologia, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 09:00h às 17:00h através do Tel: (22) 2759-5309 ou por endereço eletrônico e-mail: agroecologia@macae.rj.gov.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia útil anterior a data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Agroecologia até o local de execução dos serviços.

18.2.4.1. Caso a empresa opte por não realizar a visita, não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venha a onerar o Município de Macaé.

18.2.4.2. Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes.

18.3. A documentação relativa à **qualificação econômica-financeira** consistirá em:

18.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

18.3.1.1. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante(AC), do realizável a longo prazo(RLP), do passivo circulante(PC) e do passivo não circulante(PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{PNC})$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

c) Solvência Geral

$$\text{SG} = \text{AT} / (\text{PC} + \text{PNC})$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

PNC = Passivo Não Circulante

18.3.1.2. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

18.3.1.2.1. Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$

18.3.1.2.2. Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$

18.3.1.2.3. Solvência Geral  $\geq 1,00$

18.3.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

18.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;**

18.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

18.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

18.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

18.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Macaé, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

18.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

18.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

18.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

18.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

18.6.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

18.6.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

18.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

18.6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.6.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

18.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

18.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## **19. RECURSOS**

19.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

19.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

19.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

19.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. Os lotes para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

## 20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente do Município de Macaé** (ordenador de despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

## 21. NOTA DE EMPENHO

21.1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.

21.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

21.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

21.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

21.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

21.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

21.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 21.3 do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

21.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

21.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do subitem 21.6 deste Edital.

21.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 20.3 e seguinte deste Edital.

## 22. SUBCONTRATAÇÃO

22.1. É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.

22.2. A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.

22.3. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.

22.4. A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

22.5. Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

22.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 26.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

23.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

23.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

23.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

### **24. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

24.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base março/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

24.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

24.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

24.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

24.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

24.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

24.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **25. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

25.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

25.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

25.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

25.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

25.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

25.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

25.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

25.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

25.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

25.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

25.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

25.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

25.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

25.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

25.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

25.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

25.3.1. Acompanhar os prazos de execução de serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

25.3.2. Receber, provisória e definitivamente, serviços, mediante termo detalhado;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

- 25.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
- 25.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 25.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 25.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 25.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 25.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 25.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 25.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;
- 25.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, ~~serviços ou obras~~;
- 25.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 25.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 25.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 25.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 25.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- 25.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 25.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 25.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

25.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;

25.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;

25.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

### **26. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

26.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 1 (um) dia efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

26.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

26.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 26.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.

26.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

26.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

27.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

27.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

27.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

27.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

27.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

27.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

27.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

27.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

27.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

27.2.1. Advertência;

27.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

27.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

27.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022 e decreto Municipal 032/2026.

27.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

27.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

27.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

27.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **28. GARANTIA CONTRATUAL**

28.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

28.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, cuja a guia de depósito deve ser solicitada através do e-mail [cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br](mailto:cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br).

28.3. No caso da opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21

28.3.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

28.3.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

28.4. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

28.5. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

28.6. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

28.7. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

28.8. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

28.9. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

28.10. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

28.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

### **29. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

29.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

### **30. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)**

30.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

30.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

30.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

30.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

30.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

### **31. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

31.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

31.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

31.2.1. Eletrônico, no endereço: [pregao@macae.rj.gov.br](mailto:pregao@macae.rj.gov.br), até às 17h de 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

31.2.2. Escrito através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, no endereço Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

31.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, números (22) 2791-9008 – ramal 1886 e (22) 99105-5302.

31.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos.

31.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> e <https://www.compras.gov.br>

31.6. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

## **32. DISPOSIÇÕES FINAIS**

32.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

32.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

32.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

32.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

32.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

32.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

32.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

32.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.compras.gov.br>.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

32.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.

32.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, juntamente com seu extrato no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

32.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao Portal da Transparência do Município.

32.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

32.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

32.14. O licitante tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

### **33. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO**

33.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO I – A – Regulamento do Concurso Leiteiro
- ANEXO I – B – Croqui Evento
- ANEXO I – C – Modelo de Atestado de Visita Técnica Facultativa
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III – Minuta Contratual

### **34. FORO**

34.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

**Macaé, 20 de maio de 2026.**

**CLEBER NUNES RIBEIRO FILHO**  
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES - P.M.M.  
MATRÍCULA Nº 42.781 – PORTARIA SELCPAR Nº 004/2026

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **ANEXO I**

#### **TERMO DE REFERENCIA**

##### **1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de produção e organização de competição de cavalos marchador, gado nelore e concurso leiteiro, para realização da 42ª Exposição Agropecuária de Macaé, a ser realizado entre 24 e 29 de julho de 2026, no Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em consonância ao disposto no Edital.

1.2. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os quantitativos a serem contratados se encontram detalhados no item 09 deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura.

##### **2. FUNDAMENTAÇÃO**

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A presente contratação decorre da necessidade de realização da Exposição Agropecuária do Município de Macaé, envolvendo provas e exposições de equinos e bovinos, bem como a realização de concurso leiteiro, evento tradicional que integra o calendário oficial do Município e constitui importante instrumento de fomento à agropecuária local e regional.

2.3. O problema administrativo a ser enfrentado consiste na inexistência de meios próprios suficientes por parte da Secretaria Municipal de Agroecologia para planejar, organizar, executar e operacionalizar um evento agropecuário de grande porte, com múltiplas atividades simultâneas, elevado número de animais, exigências sanitárias rigorosas, necessidade de arbitragem especializada, logística de transporte, alimentação, manejo, infraestrutura temporária e acompanhamento técnico-veterinário permanente.

2.4. A realização da exposição agropecuária demanda conhecimentos técnicos específicos e experiência operacional em eventos dessa natureza, sobretudo no que se refere à organização de julgamentos de raças, provas esportivas com equinos, manejo de bovinos, cumprimento das normas de bem-estar animal, controle sanitário, emissão e conferência de documentação obrigatória, além da coordenação de equipes técnicas e operacionais. Tais atividades extrapolam a capacidade operacional ordinária da Secretaria, que não dispõe de estrutura física adequada, insumos, animais, equipamentos nem quadro funcional especializado em número suficiente para atender às exigências do evento, sem prejuízo de suas atividades rotineiras.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

2.5. A não realização do evento, ou sua execução de forma inadequada, acarretaria prejuízos relevantes ao interesse público, na medida em que a exposição agropecuária representa um importante mecanismo de estímulo à cadeia produtiva do agronegócio, ao fortalecimento dos produtores rurais, à valorização genética dos rebanhos, à difusão de boas práticas agropecuárias e à diversificação da base econômica do Município.

2.6. Ademais, o evento possui relevante impacto social, cultural e econômico, funcionando como vetor de atração turística, geração de emprego e renda, fortalecimento do comércio local e promoção da identidade rural e cultural do Município de Macaé. A exposição agropecuária também se consolida como opção de lazer e convivência para a população, atendendo ao interesse público e às diretrizes constitucionais de promoção do desenvolvimento econômico e social.

2.7. A contratação será por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

2.8. O tipo de licitação é o menor preço.

2.9. A adjudicação será por lote.

2.9.1. A adjudicação da contratação será realizada por lote, considerando a natureza integrada, complementar e interdependente dos serviços que compõem cada segmento técnico-operacional da exposição agropecuária, nos termos do artigo 40, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.9.2. Os itens agrupados em cada lote possuem correlação técnica e operacional direta, sendo executados de forma simultânea, coordenada e contínua durante todo o período do evento, especialmente no que se refere às atividades de manejo animal, controle sanitário, julgamentos técnicos, logística operacional, alimentação dos animais, recepção de expositores, cadastramento, apoio de pista, emissão e conferência documental, premiações e acompanhamento veterinário.

2.9.3. A eventual fragmentação excessiva da execução contratual entre diversos fornecedores poderia comprometer a padronização dos serviços, dificultar a coordenação operacional das atividades, aumentar os riscos sanitários e logísticos, gerar conflitos de responsabilidade técnica e comprometer a continuidade das atividades essenciais ao funcionamento do evento.

2.9.4. A execução integrada dos serviços dentro de cada lote permite maior eficiência administrativa e operacional, melhor gerenciamento contratual, centralização das responsabilidades, otimização dos fluxos de comunicação entre as equipes técnicas e redução de riscos relacionados à descontinuidade dos serviços durante a realização da exposição agropecuária.

2.9.5. A divisão do objeto em lotes distintos, conforme as modalidades técnicas do evento agropecuário preserva a competitividade do certame ao permitir a participação de empresas especializadas em cada segmento específico, sem comprometer a necessária integração operacional existente entre os itens agrupados em cada lote.

2.9.6. Sob o aspecto econômico, a adjudicação por lote proporciona ganhos de escala, redução de custos indiretos relacionados à mobilização operacional, deslocamento de equipes, gerenciamento contratual e integração logística dos serviços, revelando-se solução mais vantajosa para a Administração Pública.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

2.9.7. A adoção da adjudicação por lote também possibilita maior controle da execução contratual pela fiscalização administrativa, permitindo aferição mais eficiente do desempenho da contratada, da qualidade dos serviços prestados e do cumprimento das obrigações sanitárias, técnicas e operacionais inerentes ao evento.

2.9.8. Assim, considerando a natureza técnica dos serviços, a interdependência operacional entre os itens agrupados, a necessidade de coordenação integrada das atividades e a busca da solução mais eficiente e vantajosa para a Administração, conclui-se que a adjudicação por lote representa a medida tecnicamente adequada e economicamente justificável para a presente contratação.

2.10. O regime de execução será empreitada por preço unitário

2.11. É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

2.11.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

2.11.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

2.11.3 admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

2.11.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.11.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.12. Tendo em vista que os valores ultrapassam R\$ 80.000,00 deverão ser licitados por meio de ampla concorrência, tendo em vista que os itens não são divisíveis. Dessa forma, o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pode representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, conforme previsto no art. 49, inciso III, da mesma Lei.

2.13. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado no PCA 2026 - Anexo IV - Relatório de Serviço Específico, página 185 disponível em <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/sim/midiauploads/relatorio/2281/1763221325.pdf>.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, coordenação, operacionalização e execução técnica de exposições agropecuárias, compreendendo a realização das competições e julgamentos de equinos das raças campolina e mangalarga, exposição e julgamento de bovinos da raça nelore, bem como a execução integral do concurso leiteiro da 42ª Exposição Agropecuária de Macaé, a ser realizada no Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha, no período de 24 a 29 de julho de 2026.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

3.2. A solução contempla a execução integrada de serviços técnicos especializados indispensáveis à adequada realização do evento, abrangendo a disponibilização de profissionais habilitados e credenciados junto às respectivas associações de criadores, médicos veterinários regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, árbitros oficiais, técnicos de pista, profissionais de controle sanitário, equipes de apoio operacional, recepção e cadastramento de animais, além do fornecimento de insumos, alimentação animal, materiais de premiação, infraestrutura temporária e demais elementos necessários ao pleno funcionamento das atividades agropecuárias previstas.

3.3. A execução contratual deverá assegurar a realização coordenada e contínua de todas as etapas operacionais do evento, incluindo a recepção, conferência documental, cadastramento e controle sanitário dos animais; acompanhamento veterinário permanente durante entrada, permanência e saída dos animais; emissão e conferência de Guias de Trânsito Animal – GTA; realização de exames sanitários obrigatórios; organização dos julgamentos técnicos e competições oficiais; disponibilização de árbitros e técnicos credenciados pelas respectivas associações de raça; apoio logístico e operacional das pistas de julgamento, arenas e galpões; alimentação e acomodação adequada dos animais; locação, montagem e desmontagem de baias temporárias; fornecimento de materiais de premiação, catálogos, súmulas e materiais técnicos; execução dos serviços de transporte de animais; bem como geração, controle e processamento dos resultados oficiais dos julgamentos e competições.

3.4. A solução foi estruturada de forma a garantir a observância das normas sanitárias, zootécnicas e de bem-estar animal aplicáveis a eventos agropecuários, especialmente aquelas previstas no Regulamento de Defesa Sanitária Animal do Estado do Rio de Janeiro, normas expedidas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV e Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

3.5. A execução dos serviços deverá observar elevados padrões de qualidade, segurança, eficiência operacional e rastreabilidade sanitária, considerando que o evento envolve elevado fluxo de animais de grande porte, circulação de expositores provenientes de diversas regiões do país, atividades simultâneas de julgamento e competição, além de significativa presença de público.

3.6. Sob o aspecto técnico-operacional, a solução demanda conhecimento especializado e experiência comprovada na realização de exposições agropecuárias ranqueadas nacionalmente, especialmente quanto à operacionalização de sistemas oficiais de julgamento e ranqueamento das associações de criadores; manejo adequado de equinos e bovinos em ambiente de exposição; aplicação de protocolos sanitários e de biossegurança; gerenciamento de riscos inerentes à movimentação e permanência de animais; coordenação de equipes multidisciplinares; logística de entrada e saída de animais; e execução simultânea de atividades técnicas, administrativas e operacionais.

3.7. A contratação de empresa especializada mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que a Secretaria Municipal de Agroeconomia não dispõe de estrutura própria, profissionais especializados, equipamentos, logística operacional nem capacidade técnica suficiente para executar diretamente todas as atividades necessárias ao evento sem comprometimento de suas atribuições ordinárias.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

3.8. A adoção da execução integrada dos serviços possibilita maior padronização operacional, centralização da responsabilidade técnica, redução de riscos de descontinuidade, melhor controle da execução contratual e maior eficiência administrativa, evitando conflitos operacionais decorrentes da fragmentação excessiva da execução entre múltiplos fornecedores.

3.9. A solução adotada também proporciona maior segurança jurídica e administrativa à contratação, uma vez que permite atribuir à contratada a responsabilidade integral pelo cumprimento das obrigações técnicas, sanitárias e operacionais necessárias à realização do evento, especialmente quanto à integridade física dos animais, regularidade documental, cumprimento dos cronogramas estabelecidos e observância das normas de bem-estar animal.

3.10. Sob a perspectiva da economicidade, a solução reduz custos indiretos relacionados à mobilização de servidores próprios, aquisição de equipamentos específicos, contratação isolada de múltiplos serviços e gerenciamento descentralizado de fornecedores, além de possibilitar ganhos de escala decorrentes da execução integrada das atividades especializadas.

3.11. A solução foi estruturada de forma a promover a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas especializadas no segmento de eventos agropecuários, observando-se critérios objetivos de habilitação técnica compatíveis com a complexidade do objeto e com os riscos inerentes à execução contratual.

3.12. A contratação será executada mediante empreitada por preço unitário, com adjudicação por lote, em razão da natureza integrada e interdependente dos serviços que compõem cada segmento do evento, garantindo compatibilidade operacional entre as atividades técnicas, sanitárias, logísticas e administrativas relacionadas a cada modalidade de exposição e competição.

3.13. A solução contempla, ainda, a exigência de profissionais legalmente habilitados, apresentação de registros técnicos perante os respectivos conselhos profissionais, observância às exigências sanitárias estaduais e federais, além da obrigatoriedade de utilização de materiais, equipamentos e insumos adequados às condições de segurança e bem-estar animal.

3.14. O prazo de garantia dos serviços deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, permanecendo a contratada responsável pela correção de falhas, irregularidades ou desconformidades identificadas durante a execução contratual ou no período de fiscalização e recebimento dos serviços.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Deverão ser atendidas as normas para proteção de animais no Estado do Rio de Janeiro, visando defendê-los de abusos, maus tratos e outras condutas cruéis previstas na legislação estadual.

4.1.1. A contratada deverá assegurar que todas as atividades relacionadas ao manejo, transporte, permanência, apresentação e julgamento dos animais sejam executadas em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de proteção animal vigentes, observando especialmente a Lei Federal nº 9.605/1998, a Lei Estadual nº 8.145/2018, o Regulamento de Defesa Sanitária Animal do Estado do Rio de Janeiro, bem como as normas expedidas pelos órgãos de fiscalização agropecuária e pelos Conselhos de Medicina Veterinária.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

4.1.2. A execução dos serviços deverá observar condições adequadas de bem-estar animal, incluindo fornecimento contínuo de alimentação apropriada, água potável, acomodação compatível com cada espécie, ventilação adequada, limpeza dos espaços, controle sanitário, manejo técnico adequado e acompanhamento veterinário permanente durante todo o período do evento.

4.1.3. Deverão ser adotadas medidas preventivas destinadas a evitar situações de maus-tratos, abuso, estresse excessivo, lesões ou qualquer prática que possa comprometer a integridade física ou sanitária dos animais participantes, ficando vedada a utilização de práticas ou instrumentos em desconformidade com a legislação aplicável e com as recomendações dos órgãos de fiscalização competentes.

4.1.4. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e devidamente habilitada para execução das atividades previstas, incluindo médicos veterinários regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, árbitros credenciados nas respectivas associações de criadores e demais profissionais necessários à adequada operacionalização do evento.

4.1.5. Todos os animais participantes deverão possuir documentação sanitária regular, incluindo Guia de Trânsito Animal – GTA, exames laboratoriais e comprovantes de vacinação exigidos pelos órgãos de defesa agropecuária, cabendo à contratada auxiliar na conferência, organização e controle documental durante a entrada, permanência e saída dos animais.

4.1.6. A contratada deverá possuir capacidade operacional e logística compatível com a dimensão do evento, incluindo estrutura de apoio técnico, profissionais especializados, equipamentos, materiais e insumos suficientes para garantir a adequada execução das atividades programadas durante todos os dias da exposição agropecuária.

4.1.7. As exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter estritamente necessário à adequada execução do objeto, visando garantir a segurança sanitária, o bem-estar animal, a regularidade do evento e o atendimento do interesse público, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

4.2. Deverão estar incluídos todos os custos de transporte rodoviário das equipes, traslado até o hotel, despesa com agenciamento de passagens aéreas para toda equipe, e demais custos necessários para garantir toda execução dos serviços.

4.3. A chegada dos animais no parque de exposição deverá ocorrer a partir da quarta (dia 22/07/2026) para evitar transtornos devido ao grande número de expositores de animais no evento, os quais serão recebidos pelos médicos veterinários responsáveis que irão realizar todas as vistorias necessárias para a devida liberação.

4.4. Sem prejuízo do disposto no § 1º art. 12 do Decreto n.º 26.214, de 25 de abril 04 de 2000 que aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Animal, ao médico veterinário responsável pela assistência técnica aos animais caberá:

### **I – NA RECEPÇÃO DOS ANIMAIS:**

a) Estar presente no local, na data marcada, desde o início da chegada dos animais até o término;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

- b) Verificar se as instalações para animais e o manejo dos mesmos, estão de acordo com a legislação sanitária vigente e se os animais passaram pelo pedilúvio;
- c) Efetuar a inspeção clínica dos animais antes dos mesmos adentrarem no recinto;
- d) Verificar se o veículo transportador passou pelo rodolúvio e/ou foi pulverizado e cadastrar o transportador do veículo para fins de rastreabilidade;
- e) Inspecionar o controle higiênico e sanitário do evento agropecuário,
- f) Proceder à verificação da documentação sanitária, GTA, atestados de vacinação e exames que deverão ficar retidos até a saída dos animais;
- g) Conferir a documentação sanitária exigida, observando se as marcas, tatuagens, sinais, numeração, resenha, conferem com os documentos apresentados e estão de acordo com a legislação sanitária vigente;
- h) Não permitir o desembarque dos animais, no caso de constatada qualquer irregularidade quanto a documentação exigida comunicando imediatamente aos Núcleos de Defesa Agropecuária – NDA/SEAPPA;
- i) Comunicar imediatamente aos Núcleos de Defesa Agropecuária – NDA/SEAPPA para as providências necessárias, no caso de animais suspeitos ou contaminados de qualquer enfermidade;
- j) acompanhar a formação dos lotes de animais, anotando o número de cada lote no verso da documentação sanitária original respectiva.

## **II – NA SAÍDA DOS ANIMAIS:**

- a) Acompanhar o embarque dos animais, emitindo os documentos sanitários pertinentes;
- b) Recolher e enviar o Relatório Técnico à Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da SEAPPA, com o prazo máximo de uma semana após a realização do evento, conforme modelo constante do Anexo IV da Resolução SEAPPA nº 80 de 10/11/2009, devidamente preenchido datado e assinado.

4.5. Os responsáveis técnicos pelos eventos (médicos veterinários) deverão possuir cadastro no CRMV. É de responsabilidade do profissional o cadastramento da Anotação de ART, através do seu perfil no sistema CFMV SISCAD, conforme Resolução CFMV 1562/2023.

4.6. Para emissão de guia de GTA o médico veterinário deverá ser habilitado para atuar dentro do município de Macaé/RJ, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 20 DE JUNHO DE 2013 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

4.7. Os árbitros e técnicos que farão os julgamentos deverão possuir registro/credenciamento nas respectivas associações dos criadores das raças.

4.8. Por se tratar de uma exposição agropecuária ranqueada nacionalmente, os troféus, faixas e rosetas devem conter as características de cada raça, inclusive conter a logotipo do município de Macaé, número da edição da exposição agropecuária e data da realização do evento.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

4.9. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual recomenda-se que a contratação seja precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônica.

4.10. A quantidade de horas dos profissionais contratados por diária deverá seguir o cronograma de atividades de cada lote.

### **4.11. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

4.11.1. Em atendimento ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida das licitantes classificadas após o encerramento da fase de lances a prestação de garantia da proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

4.11.2. A exigência da garantia da proposta não constitui requisito de participação, sendo aplicável exclusivamente após o encerramento da fase competitiva, alcançando todas as licitantes consideradas classificadas, conforme critérios definidos no edital.

4.11.3. A garantia da proposta poderá ser apresentada por qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.11.4 O prazo para encaminhamento da garantia da proposta será definido no edital, contado a partir da comunicação formal do Pregoeiro no sistema eletrônico, vedada a exigência em momento anterior à fase de lances.

4.11.5 A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, admitida a sua prorrogação automática, caso o procedimento licitatório não seja concluído dentro desse prazo, e será restituída às licitantes nos termos do art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato pelo adjudicatário ou em caso de revogação ou anulação do certame.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O evento em si, com todas as suas provas e atrações, será executado no período de 06 (seis) dias consecutivos, que ocorrerá nos dias 24,25, 26, 27, 28 e 29 de julho de 2026.

5.2. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000.

5.3. Os serviços serão executados a partir da assinatura do contrato, dentro dos prazos previstos nos subitens anteriores e o contrato terá duração de 90 (noventa) dias.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **5.4 DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADE:**

#### **a) CAMPOLINA/MANGALARGA**

- Dia 22/07 a dia 24/07 – Entrada dos animais

OBS: Os animais da raça campolina/mangalarga deverão estar presentes até o final do último dia que antecede o início da exposição (dia 24)

- Dia 25/07 à 28/07

Início dos julgamentos de morfologia e marcha das 08h00h às 12:00 h e 14:00h às 22h

- Dia 29/07

Competições dos grandes campeonatos e premiações das 8:00 h às 12:00h e 14:00h às 22:00h

#### **b) GADO NELORE**

- Dia 22/07 a dia 24/07

Entrada dos animais

- Dia 24/07

Pesagem, mensurações e diagnóstico de gestão das 8:00 h às 12:00h e 14:00h às 22:00h

- Dia 25/07 a 28/07

Início dos julgamentos das 08h00h às 12:00 h e 14:00h às 22:00 h

- Dia 29/07

Apresentação dos campeões e premiações das 08h00h às 14:00 h

#### **c) CONCURSO LEITEIRO**

Todos os animais que participarão do concurso deverão estar presente até às 20h do dia 24/07/2026 para a ordenha de esgoto. Não será permitida a entrada dos animais após esse período.

O Concurso Leiteiro terá início no dia 24/07/2026 às 20h00min e terminará no dia 29/07/2026 às 12h00min, totalizando 08 ordenhas nos seguintes horários:

Ordenha de esgoto (Sexta-feira) – 24/07/2026 às 20:00h;

1ª ordenha - 25/07/2026 às 20:00 horas;

2ª ordenha - 26/07/2026 às 08:00 horas;

3ª ordenha - 26/07/2026 às 20:00 horas;

4ª ordenha - 27/07/2026 às 08:00 horas;

5ª ordenha - 27/07/2026 às 20:00 horas;



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

6ª ordenha - 28/07/2026 às 08:00 horas;

7ª ordenha - 28/07/2026 às 20:00 horas;

A premiação ocorrerá no dia 29/07/2026 até às 12:00 h.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Caberá ao servidor Maicon Viana Gomes, Mat. 43967 designado como Gestor do Contrato por intermédio da Portaria 002/2025, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

<b>SERVIDOR</b>	<b>MATRÍCULA</b>
MAICON VIANA GOMES	43967

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização abaixo, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação por intermédio da portaria 002/2025, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

<b>SERVIDOR</b>	<b>MATRÍCULA</b>
Carla Simone Soares da Silva	408.337
Rogenilda Lemos de Azevedo Athayde	408.318

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 01 (um) dia.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

7.3. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação estabelecida no subitem 7.2.1, o que caracterizará não recebimento dos serviços e em atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

7.4. Havendo indicações de pendências, será concedido prazo de 24 horas, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

7.5. O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem anterior caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.

7.6. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.8. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

7.9. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.11. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação: jurídica; fiscal, social e trabalhista, e; econômico-financeira, na forma prevista no instrumento convocatório.

8.2. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:

8.2.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.2.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

8.2.2. Deverá ter a Especificação do(s) Responsável (is) Técnico(s) indicados referente à respectiva área licitada e comprovante de inscrição destes nas respectivas entidades profissionais: inscrição do veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

8.2.3. A comprovação de vínculo profissional, que se referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme Súmula 10/2022 do TCE/RJ, sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

### 8.3. Visita técnica:

8.3.1. Atestado de visita do local onde será executado o serviço, conforme ANEXO I - B expedido pela Secretaria Municipal de Agroecologia. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Agroecologia, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 09:00h às 17:00h através do Tel: (22) 2759-5309 ou por endereço eletrônico email: agroecologia@macae.rj.gov.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia útil anterior a data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Agroecologia até o local de execução dos serviços.

8.3.2. Caso a empresa opte por não realizar a visita, não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejam avenças técnicas ou financeiras que venha a onerar o Município de Macaé.

8.3.3. Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes;

## 9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

LOTE 01 - CAVALO MARCHADOR - CAMPOLINA/MANGALARGA (80 ANIMAIS)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14591	01 Árbitro de andamento oficial credenciado junto à associação brasileira de criadores de cavalo campolina/campolina - período integral	Diária	06	R\$ 1.640,00	R\$ 9.840,00
2	14591	01 Árbitro de morfologia oficial credenciado junto à associação brasileira de criadores de cavalo campolina/mangalarga - período integral	Diária	06	R\$ 2.070,00	R\$ 12.420,00
3	14591	Disponibilização de Cavalos da raça campolina/mangalarga devendo estar devidamente vacinados e registrados;	Unidade	80	R\$ 818,75	R\$ 65.500,00
4	14591	Técnico de admissão de pista, para o trabalho de entrada dos animais na pista, período integral.	Diária	06	R\$ 1.827,50	R\$ 10.965,00
5	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV, que deverá ficar a disposição nos dias 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	08	R\$ 2.225,00	R\$ 17.800,00

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

LOTE 01 - CAVALO MARCHADOR - CAMPOLINA/MANGALARGA (80 ANIMAIS)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	14591	Serviços de solicitação de chancela do evento junto associação brasileira dos criadores do cavalo campolina/mangalarga, para efeito de ranqueamento da EXPO Macaé 2026.	Unidade	01	R\$ 1.160,00	R\$ 1.160,00
7	14591	Serviços de captação de criadores da raça campolina/mangalarga nível região sudeste do Brasil para expor os seus exemplares da raça campolina na expo Macaé 2026, através de contatos telefônicos e redes sociais segmentadas.	Unidade	01	R\$ 1.340,00	R\$ 1.340,00
8	14591	Serviço de controle e recebimento de todas as inscrições dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias que antecedem a EXPO Macaé 2026.	Unidade	01	R\$ 1.539,25	R\$ 1.539,25
9	14591	Serviço de 01 profissional para recepção, controle sanitário e controle de registros junto a associação de todos os exemplares da raça campolina/mangalarga, na entrada do Parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23, 24.	Diária	03	R\$ 1.897,50	R\$ 5.692,50
10	14591	Serviço de cadastramento de todos os exemplares da raça campolina/mangalarga no sistema único de exposições da respectiva raça.	Unidade	01	R\$ 1.812,25	R\$ 1.812,25
11	14591	Impressão de catálogos que serão distribuídos aos criadores contendo todos os exemplares da raça campolina/mangalarga que darão entrada no Parque de Exposições Latiff Mussi	Unidade	150	R\$ 32,65	R\$ 4.897,50
12	14591	Serviço de digitação de sumulas de julgamentos e competições dos exemplares da raça campolina/mangalarga	Unidade	100	R\$ 18,27	R\$ 1.827,00
13	14591	Serviço de 01 profissional de recepção na pista de julgamentos e competições para conferência de resenhas, embocaduras, ferraduras, esporas e integridade de cada exemplar da raça campolina/mangalarga que for competir nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06	R\$ 658,31	R\$ 3.949,86
14	14591	Serviço de locução profissional e segmentada da pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06	R\$ 1.087,50	R\$ 6.525,00
15	14591	Serviço de 03 profissionais para acompanhamento dos árbitros na pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06	R\$ 1.671,81	R\$ 10.030,86
16	14591	Serviço de digitação e geração de relatórios das competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga através de 01 profissional, usando o sistema único da respectiva associação dos criadores nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06	R\$ 246,75	R\$ 1.480,50
17	14591	Serviço de liberação dos documentos sanitários e registros dos exemplares da raça campolina/mangalarga que participaram da Expo Macaé 2026 no dia 29/07/2026, para efeito de retorno as suas origens.	Unidade	01	R\$ 905,00	R\$ 905,00
18	453421	Feno: Aplicação: Alimentação Animal Características Adicionais: Mínimo De 12% Proteína Bruta, Composição: Feno De Capim Tifton 85	Kg	3360	R\$ 2,68	R\$ 9.004,80
19	245282	Ração Animal Ingredientes: Mínimo De 12% De Proteínas Tipo Ração: Balanceada Espécie Animal: Equinos Saco de 40 kg	Saco	42	R\$ 126,61	R\$ 5.317,62

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

LOTE 01 - CAVALO MARCHADOR - CAMPOLINA/MANGALARGA (80 ANIMAIS)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	25	R\$ 234,50	R\$ 5.862,50
21	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	25	R\$ 197,50	R\$ 4.937,50
22	14001	Emissão de guia de trânsito animal (GTA)	Unidade	80	R\$ 77,50	R\$ 6.200,00
23	14591	Locação, montagem e desmontagem de baias para equinos, portáteis, de ferro e madeirite, de 3,5 x 3,5m com cobertura metálica.	Unidade	80	R\$ 290,00	R\$ 23.200,00
<b>TOTAL DO LOTE 1</b>					<b>R\$ 212.207,14</b>	

LOTE 02 - EXPOSIÇÃO DE NELORE (120 animais)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	14591	02 (dois) Árbitro oficial credenciado junto à respectiva associação brasileira de criadores de raça nelore - período integral	Diária	06	R\$ 3.387,03	R\$ 20.322,18
25	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV, que deverá ficar a disposição nos dias 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	08	R\$ 2.225,00	R\$ 17.800,00
26	14591	Disponibilização de gados da raça nelore, devidamente vacinas e registrados.	Unidade	120	R\$ 1.155,00	R\$ 138.600,00
27	14591	Serviços de solicitação de chancela do evento junto associação de criadores da raça nelore, para efeito de ranqueamento da Expo Macaé 2026.	Unidade	01	R\$ 1.217,81	R\$ 1.217,81
28	14591	Serviços de captação de criadores da raça nelore nível Brasil para expor os seus exemplares da raça nelore na expo Macaé 2026, através de contatos telefônicos e redes sociais segmentadas.	Unidade	01	R\$ 1.340,00	R\$ 1.340,00
29	14591	Serviço de controle e recebimento de todas as inscrições dos exemplares da raça nelore nos dias que antecedem a Expo Macaé 2026.	Unidade	01	R\$ 1.539,25	R\$ 1.539,25
30	14591	Serviço de 01 profissional para recepção, controle sanitário e controle de registros. de todos os exemplares da raça nelore na entrada do parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23 e 24.	Diária	03	R\$ 1.968,18	R\$ 5.904,54
31	14591	Serviço de cadastramento de todos os exemplares da raça nelore no sistema único de exposições da raça nelore.	Unidade	01	R\$ 1.850,93	R\$ 1.850,93
32	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a pesagem de cada exemplar da raça nelore que der entrada no parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22,23, 24.	Diária	03	R\$ 1.796,56	R\$ 5.389,68
33	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a mensurações, usando os aparelhos adequados para essa finalidade, de cada exemplar da raça nelore que der entrada no parque de exposições Latiff Mussi, nos dias 22,23, 24.	Diária	03	R\$ 1.831,56	R\$ 5.494,68
34	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a confirmação de prenhez através de aparelho ultra sonografia, de cada exemplar da raça nelore do sexo feminino após 16 meses de idade, que der entrada no parque de exposições Latiff Mussi, nos dias 23,24 e 25.	Diária	03	R\$ 1.831,56	R\$ 5.494,68
35	14591	Impressão de catálogos que serão distribuídos aos criadores contendo todos os exemplares da raça nelore que deram entrada no parque de exposições Latiff Mussi	Unidade	200	R\$ 33,06	R\$ 6.612,00

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

LOTE 02 - EXPOSIÇÃO DE NELORE (120 animais)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	14591	Serviço de digitação de sumulas de julgamentos e competições dos exemplares da raça nelore	Unidade	262	R\$ 18,27	R\$ 4.786,74
37	14591	Serviço de 01 profissional de recepção na pista de julgamentos e competições para conferencia de resenhas, e integridade de cada exemplar da raça nelore que for competir nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06	R\$ 675,56	R\$ 4.053,36
38	14591	Serviço de locução profissional e segmentada da pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore nos dias 24,25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06	R\$ 1.208,12	R\$ 7.248,72
39	14591	Serviço de 04 profissionais para acompanhamento dos árbitros na pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore nos dias 24,25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06	R\$ 2.256,93	R\$ 13.541,58
40	14591	Serviço de digitação e geração de resultados das competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore através de 01 profissional, usando o sistema único da raça, nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06	R\$ 246,75	R\$ 1.480,50
41	14591	Serviço de liberação dos documentos sanitários e registros dos exemplares da raça nelore que participarão da expo Macaé 2026 no dia 29/07/2026, para efeito de retorno as suas origens.	Unidade	01	R\$ 905,00	R\$ 905,00
42	248990	Cavaco Madeira Aplicação: Cama De Animais Tipo: Pinus Apresentação: Seco, Sem Pó E Mistura De Outras Madeiras	KG	10000	R\$ 11,53	R\$ 115.300,00
43	233559	Milho" Tipo: Picado, Aplicação: Alimento Para Animais descrição complementar: silagem	KG	25000	R\$ 2,14	R\$ 53.500,00
44	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	25	R\$ 234,50	R\$ 5.862,50
45	14591	Flamula personalizada fabricada em tecido. Medindo 0,80x0,50m	Unidade	25	R\$ 182,35	R\$ 4.558,75
46	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	25	R\$ 221,41	R\$ 5.535,25
<b>TOTAL DO LOTE 2</b>					<b>R\$ 428.338,15</b>	

LOTE 03 - CONCURSO LEITEIRO (60 ANIMAIS)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV realização do concurso nos dias 24,25, 26, 27,28 e 29.	Diária	06	R\$ 2.225,00	R\$ 13.350,00
48	14591	(2) Árbitros oficial credenciado para Julgamento do concurso nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06	R\$ 3.012,50	R\$ 18.075,00
49	14001	Realização de exame de brucelose	Unidade	60	R\$ 89,59	R\$ 5.375,40
50	14001	Realização de exame de tuberculose	Unidade	60	R\$ 90,49	R\$ 5.429,40
51	233559	"Milho" Tipo: Picado, Aplicação: Alimento Para Animais descrição complementar: silagem	KG	9000	R\$ 2,14	R\$ 19.260,00
52	14591	Serviços de transporte de animais de grande portes com caminhão carroceria fixa 8.5 t adaptada para transporte nos dias 22 e 23 para entrada dos animais e no dia da saída (dia 29)	Diária	03	R\$ 1.332,26	R\$ 3.996,78



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

LOTE 03 - CONCURSO LEITEIRO (60 ANIMAIS)						
ITEM	CATSERV	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
53	248990	Cavaco Madeira Aplicação: Cama De Animais Tipo: Pinus Apresentação: Seco, Sem Pó E Mistura De Outras Madeiras	KG	5000	R\$ 11,53	R\$ 57.650,00
54	14591	Premiação em dinheiro para concurso leiteiro - 1° ao 3° em 4° categorias, conforme regulamento. Obs: A empresa vencedora do certame deverá assegurar a entrega da premiação no valor integral previamente definido pela Administração, independentemente do valor do lance final ofertado no processo licitatório. <b>VALOR TOTAL DA PREMIAÇÃO: R\$ 88.000,00</b>	Unidade	01	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00
55	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	16	R\$ 197,50	R\$ 3.160,00
56	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	16	R\$ 234,50	R\$ 3.752,00
57	14591	Locação de ordenhadeira mecânica, Incluso a instalação, desmontagem e atendimento de emergência.	Diária	06	R\$ 1.110,00	R\$ 6.660,00
<b>TOTAL DO LOTE 3</b>					<b>R\$ 224.708,58</b>	
<b>TOTAL GERAL (LOTE 1 + LOTE 2 + LOTE 3)</b>					<b>R\$ 865.253,87</b>	

9.1. Quanto aos quantitativos solicitados, justifica-se que foram elaborados prevendo 06 (seis) dias de evento, estimando-se a participação de cerca de 375 animais. Sendo assim, será necessária estrutura devidamente adequada, incluindo alimentação animal, médicos veterinários em regime de plantão integral, juízes devidamente credenciados para realização dos julgamentos das respectivas raças, bem como baias portáteis para acomodação dos animais, tendo em vista que as baias existentes no PARQUE DE EXPOSIÇÃO não são suficientes para alojar todos os participantes. Também será necessária a disponibilização de faixas e troféus contendo as devidas classificações dos animais, de acordo com os resultados dos julgamentos realizados pelos árbitros credenciados.

9.1.1. Considerando a grande demanda regional por parte dos expositores de gado da raça nelore, cavalos marchadores das raças campolina e mangalarga, bem como participantes do concurso leiteiro, foi considerada a capacidade estrutural do parque para recebimento simultâneo dos animais. Após os levantamentos realizados, chegou-se ao quantitativo de animais descrito no subitem 9.1.

9.1.2. As exposições dos gados da raça nelore e dos cavalos marchadores das raças campolina e mangalarga ocorrerão durante os 06 (seis) dias previstos para o evento. Dessa forma, foram levantados os insumos necessários para garantir a adequada permanência dos animais durante todo o período da exposição.

9.1.3. Com relação às diárias do médico veterinário, levou-se em consideração o grande número de animais, os quais chegarão ao parque a partir do dia 22/07/2026, quarta-feira, sendo indispensável o acompanhamento do profissional responsável desde a entrada do primeiro animal até a saída do último.

9.1.4. Quanto aos demais profissionais que participarão do evento, tais como árbitros, juízes e técnicos, será necessária a permanência destes desde o primeiro dia da exposição, acompanhando o início dos julgamentos das raças até a realização das premiações.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

9.1.5. Quanto ao concurso leiteiro, existe previsão da participação de 60 animais, quantitativo correspondente à capacidade máxima do PARQUE DE EXPOSIÇÃO. Para garantir a participação dos animais, será obrigatória a apresentação da documentação sanitária regular e comprovação de vacinação em dia, sendo também necessária a presença de médico veterinário responsável e árbitro credenciado durante todo o evento.

9.1.6. O levantamento do quantitativo de súmulas de julgamento foi realizado da seguinte forma:

9.1.7. Nas competições das raças campolina e mangalarga serão geradas 100 súmulas de julgamento, considerando 13 categorias de machos e 12 categorias de fêmeas. Para cada categoria será gerada 01 súmula destinada ao técnico de admissão, 01 súmula para o juiz de andamento, 01 súmula para o juiz de morfologia e 01 súmula para o locutor/apurador dos resultados, totalizando 100 súmulas.

9.1.8. Nos julgamentos dos exemplares da raça nelore, considerando 12 categorias de machos e 12 categorias de fêmeas, serão geradas 262 súmulas ao longo dos 05 (cinco) dias de aferições e competições.

9.1.9. Nas aferições serão geradas 24 súmulas para o profissional responsável pela pesagem, 24 súmulas para o profissional responsável pela mensuração e 24 súmulas para o profissional responsável pela confirmação de prenhez das fêmeas, totalizando 72 súmulas.

9.1.10. Nos julgamentos das categorias serão geradas 24 súmulas para o profissional de recepção na pista de julgamentos e competições, 24 súmulas para o árbitro oficial 01, 24 súmulas para o árbitro oficial 02 e 24 súmulas para o locutor/apurador dos resultados, totalizando 96 súmulas.

9.1.11. Nos julgamentos dos grandes campeonatos da raça nelore, nos quais serão avaliados o melhor macho e a melhor fêmea de cada categoria, serão geradas mais 22 súmulas para o profissional de recepção na pista de julgamentos e competições, 22 súmulas para o árbitro oficial 01, 22 súmulas para o árbitro oficial 02, 22 súmulas para o locutor/apurador dos resultados e 06 súmulas destinadas à divulgação dos resultados no painel de LED, que será fornecido e instalado pela Secretaria Municipal de Turismo.

9.1.12. Justificam-se os serviços de transporte com caminhão da seguinte forma:

9.1.12.1. No concurso leiteiro, haverá 02 (dois) dias de transporte que antecedem o início do evento, correspondentes aos dias 22/07/2026 e 23/07/2026. Nessas datas serão realizados diversos transportes de bovinos dentro do município até o PARQUE DE EXPOSIÇÃO, retornando os animais no dia 29/07/2026, após a premiação.

9.1.13. Os demais quantitativos foram definidos com base no histórico de contratações realizadas em anos anteriores, considerando as exposições promovidas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, referentes aos Contratos Administrativos nº 094/2023, nº 049/2024 e nº 043/2025.

## **10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 865.253,87 (oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos).

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho nº: 206060039.1.108000

Elemento de Despesa nº: 3.3.90.39.00.00.00

Código Reduzido nº. 1465

Fonte de Recurso: 704-1

### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

12.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.3. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

12.4. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

12.5. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.6. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.7. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

12.8. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.9. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

12.10. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.11. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.12. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.13. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.14. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.15. Assumir total responsabilidade pelos serviços e materiais utilizados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

12.16. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

12.17. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.18. Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.19. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.20. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

12.21. Realizar os pagamentos das premiações do concurso leiteiro de acordo com as respectivas categorias, conforme regulamento anexo I.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

12.22. Seguir todas as instruções da Resolução SEAPPA nº 80 de 10/11/2009 que dispõe sobre as normas técnicas para organização e funcionamento das exposições e feiras agropecuárias, no que couber a contratada.

12.23. Deverão ser atendidas as normas para proteção de animais no Estado do Rio de Janeiro nº 13.873, de 17 de setembro de 2019, visando defendê-los de abusos, maus tratos e outras condutas cruéis previstas na presente legislação.

12.24. Sem prejuízo do disposto no § 1º art. 12 do Decreto n.º 26.214, de 25 de abril 04 de 2000 que aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Animal, ao médico veterinário responsável pela assistência técnica aos animais caberá:

### **I – Na recepção dos animais:**

- A. Estar presente no local, na data marcada, desde o início da chegada dos animais até o término;
- B. Verificar se as instalações para animais e o manejo dos mesmos, estão de acordo com a legislação sanitária vigente e se os animais passaram pelo pedilúvio;
- C. Efetuar a inspeção clínica dos animais antes dos mesmos adentrarem no recinto;
- D. Verificar se o veículo transportador passou pelo rodolúvio e/ou foi pulverizado e cadastrar o transportador do veículo para fins de rastreabilidade;
- E. Inspecionar o controle higiênico e sanitário do evento agropecuário;
- F. Proceder à verificação da documentação sanitária, GTA, atestados de vacinação e exames que deverão ficar retidos até a saída dos animais;
- G. Conferir a documentação sanitária exigida, observando se as marcas, tatuagens, sinais, numeração, resenha, conferem com os documentos apresentados e estão de acordo com a legislação sanitária vigente;
- H. Não permitir o desembarque dos animais, no caso de constatada qualquer irregularidade quanto a documentação exigida comunicando imediatamente aos Núcleos de Defesa Agropecuária – NDA/SEAPPA;
- I. Comunicar imediatamente aos Núcleos de Defesa Agropecuária – NDA/SEAPPA para as providências necessárias, no caso de animais suspeitos ou contaminados de qualquer enfermidade;
- J. Acompanhar a formação dos lotes de animais, anotando o número de cada lote no verso da documentação sanitária original respectiva.

### **II – Na saída dos animais:**

- a) Acompanhar o embarque dos animais, emitindo os documentos sanitários pertinentes;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

b) Recolher e enviar o Relatório Técnico à Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da SEAPPA, com o prazo máximo de uma semana após a realização do evento, conforme modelo constante do Anexo IV da Resolução SEAPPA nº 80 de 10/11/2009, devidamente preenchido datado e assinado.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

a) Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços e materiais efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

14.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.

14.4. Nos termos do Decreto Municipal nº 032/2026, incorre nas penalidades descritas no subitem 14.2.4, cumulada com o subitem 14.2.2, a licitante que praticar as condutas descritas nos itens 14.1.2 à 14.1.6.

14.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

14.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente e antes de finda a execução contratual, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

15.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, cuja a guia do depósito devem ser solicitada através do e-mail [cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br](mailto:cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br).

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

15.3. No caso de opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

15.4. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referente à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

15.5. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

15.6. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias. Multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

15.7. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

15.8. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

15.9. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

15.10. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

15.11. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

15.12. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

15.13. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

## **16 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.

16.2. A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.

16.3. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

16.4. A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

16.5. Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

16.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

17.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

### **ANEXOS:**

**I - A - REGULAMENTO CONCURSO LEITEIRO**

**I - B - CROQUI DO EVENTO**

**I - C - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**ANEXO I - A**

**REGULAMENTO DO CONCURSO LEITEIRO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**REGULAMENTO CONCURSO LEITEIRO EXPO – MACAÉ/2026**

**Objetivo:**

O concurso leiteiro visa incentivar a produção de leite no município e região, através de uma perfeita combinação de fatores como: nutrição, manejo, bem estar animal e genética, que permitem a interação entre o animal, seu tratador e o ambiente.

**Artigo 1º – Organização e Direção:**

**1.1** O concurso leiteiro será organizado pela Secretaria Municipal de Agroeconomia de Macaé sob a direção do seu secretário, Sr. Carlos Paes de Figueiredo Sobrinho.

**1.2** Fica constituída uma comissão organizadora por:

**Representantes da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA**

- Médicos Veterinários: Jair Gomes de Barcelos Júnior, José Edgard Genelhoud e José Luiz Rodrigues Pontes;
- Técnicos em Agropecuária: André Luiz Barbosa da Silva, Daniel Barreto Cabral Filho e Edson da Conceição Terra.

**1.3** Caberá a empresa promotora do evento e aos organizadores do concurso leiteiro:

- 1) Preparar o recinto onde será realizado o concurso leiteiro, para a chegada dos animais participantes, inclusive promovendo a limpeza, desinfecção do local e instalação da cama de maravalha para os animais, bem como manutenção elétrica, hidráulica, instalação de placas de identificação individual dos animais, painel eletrônico, bebedouro para os(as) participantes(produtores(as), tratadores(as) e comissão organizadora);
- 2) A recepção dos animais inscritos para o concurso ficará a cargo da organização da Expo Macaé 2026, mais especificamente pela equipe de RT's – Responsabilidade Técnica (médicos(as) veterinários(as));
- 3) A equipe de RT's fará a conferência das documentações exigidas por lei como GTA-Guia de Trânsito Animal, exames de brucelose e tuberculose, a avaliação sanitária(ectoparasitas) dos animais e também a inspeção do número de dentes das novilhas;

Obs: As placas(banner) de identificação individual deverão conter as seguintes dimensões e informações:

- Tamanho: 60 x 80 cm;

- Informações:

- a) Numeração individual de 01 a 30(30 placas);
- b) Nome do animal;
- c) Proprietário(a);
- d) Propriedade;
- e) Tratador(a);
- f) Raça;
- g) Idade;
- h) Cidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

- i) Categoria;
- 4) Instalação de câmeras de segurança na parte interna e externa do galpão do concurso leiteiro.

**Artigo 2º – Calendário do Concurso Leiteiro**

**4.1** - O Concurso Leiteiro terá início no dia 24/07/2026, às 20 horas e terminará no dia 29/07/2026, totalizando 07(sete) ordenhas nos seguintes horários:

Ordenha de esgoto (Sexta-feira) – 24/07/2026 às 20:00h;

- 1ª ordenha - 25/07/2026 às 20:00 horas;  
2ª ordenha - 26/07/2026 às 08:00 horas;  
3ª ordenha - 26/07/2026 às 20:00 horas;  
4ª ordenha - 27/07/2026 às 08:00 horas;  
5ª ordenha - 27/07/2026 às 20:00 horas;  
6ª ordenha - 28/07/2026 às 08:00 horas;  
7ª ordenha - 28/07/2026 às 20:00 horas;

A premiação ocorrerá no dia 29/07/2026 até às 12:00 h.

**Artigo 3º - Local do Concurso Leiteiro**

**3.1** - O Concurso Leiteiro será realizado no Pavilhão de Concurso Leiteiro do Parquede Exposições Latiff Mussi, localizado na Rodovia Amaral Peixoto, Km 170 - São José do Barreto, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

**Artigo 4º - Participantes do Concurso Leiteiro**

Poderão participar do evento no ano de 2026 todos os animais bovinos leiteiros, que cumprirem as exigências de admissão, que forem aprovados nos exames de admissão, que tenham sua produção de leite livre de resíduos de medicamentos e estejam inscritos conforme suas respectivas categorias disponíveis ao evento.

O concurso é dividido em categorias: maior produção categoria livre, maior produção vaca jovem (2 a 4 dentes) e produção por aproximação conforme tabelas de produção definidas para esta edição.

Somente serão aceitas inscrições de vacas cuja parição for prevista para o mínimo de seis (6) dias antes do início do concurso, pois a produção só pode ser computada a partir do sétimo dia de parição.

**4.1** - Para a Categoria Livre, poderão participar do Concurso Leiteiro **produtores de leite de qualquer Cidade ou Região.**

**Para as demais categorias, somente os Produtores do município de Macaé.**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**4.2** - Cada proprietário poderá inscrever no máximo 04 animais, sendo 01 (um) em cada categoria.

**4.3**- O participante do concurso leiteiro deverá possuir latões para armazenamento do leite com capacidade mínima de 20 litros, sendo um para cada animal.

**4.4**- No ato da inscrição dos animais para o concurso leiteiro, os participantes deverão, obrigatoriamente, assinar o Termo de Compromisso, certificando-se e concordando com todas as cláusulas deste Regulamento. A participação no concurso leiteiro está condicionada a assinatura do mencionado o termo de compromisso pelo proprietário do Animal.

**4.5** – Os(as) produtor(es) de Macaé deverão apresentar comprovação de fornecimento de leite, dos últimos 3(três) meses, para cooperativas ou laticínios, ou atestado do técnico da secretaria municipal de agroeconomia.

**Parágrafo único:** as inscrições se darão no período de 06/07/2026 a 17/07/2026(dias úteis), no horário das 08 até as 16 horas, de forma presencial na Secretaria Municipal de Agroeconomia, ou por via internet, enviando para endereço [agroeconomia@macae.rj.gov.br](mailto:agroeconomia@macae.rj.gov.br), com cópia para [andresilva@macae.rj.gov.br](mailto:andresilva@macae.rj.gov.br), em formato digital(arquivo PDF). Nos dois casos o formulário de inscrição tem que estar devidamente preenchido e assinado, sob pena da inscrição não ser validada.

**4.6 - Das Vagas:**

- a) Para a categoria Livre serão destinadas a inscrição de até 9 vacas no total;
- b) Para as demais categorias serão inscritos até 21 vacas somando-se as três categorias;
- c) Caso não sejam preenchidas todas inscrições em qualquer categoria ao final do período de inscrição, estas serão redistribuídas em outras categorias de acordo com cadastro de reserva.

**4.7** - Em hipótese alguma poderá ocorrer substituição de animais concorrentes após o início do concurso leiteiro.

**4.8** - Fica a critério do Expositor, relacionar na ficha de inscrição, outros animais a título de reserva, sendo um para cada animal inscrito, para possíveis substituições que, caso ocorram, deverão ser feitas até 24 horas antes do início do concurso leiteiro.

**Artigo 5º - Categorias e Premiação**

**5.1** - As concorrentes inscritas no concurso leiteiro da Expo Macaé 2026 serão distribuídas em quatro categorias, independente de suas respectivas raças.

Categoria vaca jovem: animal com 2 a 4 dentes permanentes, verificado pela equipe de RT's da Expo Macaé 2026, no momento da recepção do animal.

Categoria de produção por aproximação sem restrição de idade (20 e 30 kg): O resultado vencedor será definido a favor do animal, que na categoria até 20 kg o somatório das seis ordenhas válidas obtiver 120 kg e, 180 quilos na categoria de até 30 kg, ou mais próximo deste peso, para mais ou para menos.

Categoria livre e vaca jovem: animal que atingir o maior somatório produzido após a realização das seis ordenhas válidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**5.2-** A premiação será entregue no dia 29/07/2026 a partir das 11:00 horas.

**Categoria Novilha(vaca jovem)** - 2 a 4 dentes.

1º Lugar - R\$ 10.000,00

2º Lugar - R\$ 7.000,00

3º Lugar - R\$ 5.000,00

<b>Categoria até 20 Kg</b>	<b>Categoria até 30 Kg</b>	<b>Categoria Livre</b>
1º Lugar - R\$ 10.000,00	1º Lugar - R\$ 10.000,00	1º Lugar - R\$ 10.000,00
2º Lugar - R\$ 7.000,00	2º Lugar - R\$ 7.000,00	2º Lugar - R\$ 7.000,00
3º Lugar - R\$ 5.000,00	3º Lugar - R\$ 5.000,00	3º Lugar - R\$ 5.000,00

**5.3-** Nas categorias de 20 e 30 Kg, considera-se a vencedora a vaca e/ou novilha, que atingirem produção máxima, tanto acima como abaixo deste valor.

**5.4-** Na hipótese de não haver concorrentes que se enquadrem em qualquer das categorias acima a premiação será distribuída entre as demais categorias premiadas de acordo com a Comissão Organizadora.

**Artigo 6º - Exigências Sanitárias**

**6.1-** Não poderão participar do concurso, animais que apresentarem parasitas externos, mastite, metrite e sinais clínicos de doenças contagiosas.

**6.2-** Os animais só poderão adentrar ao Parque de Exposições mediante a apresentação dos respectivos exames e atestados negativos contra Brucelose e Tuberculose, e também atestado de saúde. Os animais também deverão vir acompanhados da G.T.A - Guia de Trânsito Animal.

**6.3-** Os custos e realizações dos exames serão exclusivamente de responsabilidade dos proprietários dos animais.

**6.4-** A alimentação dos participantes serão de responsabilidade dos(as) mesmos(as).

**Artigo 7º - Das Ordenhas**

**7.1-** A ordenha deverá ser feita de forma mecânica, sempre diante da comissão. Casos excepcionais serão avaliados e decididos a critério da comissão organizadora;

**7.2-** Cada animal deverá ter seu ordenhador ou no máximo dois, não podendo haver troca dos mesmos, salvo em situações extraordinárias que serão analisadas pela Comissão Organizadora;

**7.3-** As ordenhas serão feitas por categoria, com início simultâneo para todos os animais de cada categoria obedecendo a ordem crescente de categorias e a duração de cada ordenha não poderá ultrapassar 20 minutos. Excetuando a categoria Livre, que terá 30 minutos;

**7.4-** Cada produtor terá que trazer seu latão e balde, juntamente com seu respectivo conjunto de ordenha, excetuando conjunto(equipamento) de vácuo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**7.5-** Todos os animais deverão estar dentro do galpão do concurso, devidamente posicionados em seus locais pré definidos, pelo menos 30 minutos antes do início de cada ordenha;

**7.6-** Após a última ordenha das categorias 20 e 30 kg os(as) fiscais deverão verificar através de ordenha manual se ainda há existência de resíduos de leite no interior do úbere, caso se confirme o ordenhador concorrente ou fiscal deverão esgotar o leite completamente, só assim a ordenha se dará por encerrada. Caso o participante se recuse o animal será automaticamente desclassificado;

**7.7-** Para efeito de resultado do concurso, ao final de todas as ordenhas serão descartadas as maiores pesagens de cada categoria, realizada a média aritmética simples das categorias controladas e somatória total das categorias livre e vaca jovem.

**Artigo 8º - Disposições Gerais**

**8.1-** Todo equipamento de ordenha (baldes, latões) deverá ficar a disposição dos fiscais e com orifício de abertura(boca) virada para baixo, em local previamente determinado;

**8.2 -** Alimentação dos animais: será fornecido volumoso silagem de milho. A empresa promotora do evento será responsável pelo fornecimento desta alimentação, a todos os animais participantes;

**8.3 Em hipótese alguma a empresa promotora do evento poderá deixar de fornecer o alimento volumoso contratado, haja vista, que o atraso ou não fornecimento do mesmo acarretará prejuízo aos animais participantes do concurso leiteiro, podendo comprometer o resultado final do referido concurso;**

**Parágrafo único: diante do exposto nos itens 1.3, no parágrafo 1, 8.2 e 8.3, fica a empresa ciente de que, caso não cumpra os itens citados, estará sob pena de sofrer sanções, impossibilitando-a de participações em eventos futuros;**

**8.4 -** Caso uma das ordenhas não seja realizada por qualquer motivo o animal será automaticamente eliminado do concurso leiteiro;

**8.5 -** Independente da categoria do animal, a pesagem zerada também é motivadora da desclassificação do mesmo;

**8.6 -** As pesagens serão iniciadas após o término da ordenha de cada categoria;

**8.7 -** Somente será pesado o leite que apresentar condições normais de higiene;

**8.8 -** A pesagem do leite será feita por membros da Comissão Organizadora, usando balança previamente aferida. No entanto, o transbordo do leite do latão de ordenha do animal para o latão da equipe organizadora será de responsabilidade dos representantes do referido animal, inclusive a colocação dele na balança;

**8.9 -** Os resultados das produções serão exibidos no interior do pavilhão leiteiro, atualizados diariamente e em painel eletrônico;

**8.10-** Em caso de empate em qualquer categoria o valor do prêmio será dividido entre os dois vencedores;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**8.11-** Não serão permitidos mais do que duas pessoas durante o momento das ordenhas oficiais para o manejo dos animais;

**8.12-** Fica terminantemente proibida a passagem de leite do ordenhador para outras pessoas durante as ordenhas. O ordenhador deverá passar o leite produzido direto ao fiscal responsável ou conduzi-lo ao latão de recolhimento. A prática de agitação do leite após a ordenha não será permitida;

**8.13-** Não será permitido fazer limpeza (raspagem) no interior do latão com a mão no ato da transferência do leite;

**8.14-** O pavilhão do concurso leiteiro será ocupado, exclusivamente, por animais participantes do concurso, não sendo aceita, em hipótese alguma, presença de outros animais neste recinto;

**8.15-** É expressamente proibida a doação, distribuição e ou venda de leite "in natura" no recinto da exposição;

**8.16-** Com relação a eventual falta de energia nos horários das ordenhas, a comissão organizadora administrará o problema utilizando os seguintes critérios:

-Se a ordenha já estiver iniciada e houver falta de energia, esta será interrompida por 30 minutos;

-Se a energia não retornar, a ordenha daquele horário será desprezada e a próxima ordenha será realizada dentro do horário correto com sequência normal;

-Se este incidente ocorrer na penúltima ou última ordenha(6ª ou 7ª ordenha), prevalecerá a média de produção até a ordenha anterior;

-Se a falta de energia ocorrer antes do início das ordenhas estas ficarão suspensas até o retorno;

-Após o retorno da energia, as ordenhas serão realizadas obedecendo aos horários com sequência normal;

-Se a energia retornar após 1 (uma) hora do horário previsto para realização da ordenha, esta acontecerá neste momento, entretanto, a ordenha seguinte será desprezada, e o retorno das ordenhas se dará no horário subsequente normal;

-Durante a falta de energia as vacas concorrentes deverão permanecer alojadas, sem movimentação, aguardando decisão da comissão organizadora;

**8.17-** Fica estabelecido que para fazer jus a premiação deve-se ter no mínimo três animais inscritos na categoria caso contrário haverá redistribuição do valor para as outras categorias;

**8.18-** Havendo a necessidade de atendimento veterinário deverá ser consultada a equipe de RTs do evento e este indicar os procedimentos necessários. Caso o animal adoça o tratamento e despesas serão de responsabilidade do proprietário;

**8.19-** Após o início da competição, não poderá fazer uso de nenhum medicamento injetável no animal inscrito no concurso, caso ocorra será desclassificado (exceto ocitocina no momento da ordenha);

**8.20-** Será permitido a aplicação de Ocitocina na dose máxima de 3 ml por animal, por ordenha e no máximo dividida em 3 aplicações;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**8.21-** Qualquer irregularidade que for notada antes, durante ou após cada ordenha, deverá ser levada a Comissão Organizadora para ser analisada;

**8.22-** Em atendimento às leis de proteção e de bem estar animal fica proibida a prática de maus-tratos e outros procedimentos que possam trazer estresse e transtorno aos animais como, por exemplo, reduzir a oferta de água ou alimentos, manter luz em locais impróprios por longos períodos, utilizar instrumentos indevidos, cortantes ou perfurantes, ou procedimentos reprovados, dentre outros;

**8.23-** Não serão permitidas ofensas verbais, morais e físicas envolvendo participantes do concurso, seja entre os(as) mesmos(as) ou para com membros da comissão organizadora, sob pena de desclassificação dos animais do concurso em andamento, bem como impedimento de participação do produtor(proprietário) e da propriedade em eventos futuros, pelos próximos 3 anos seguintes;

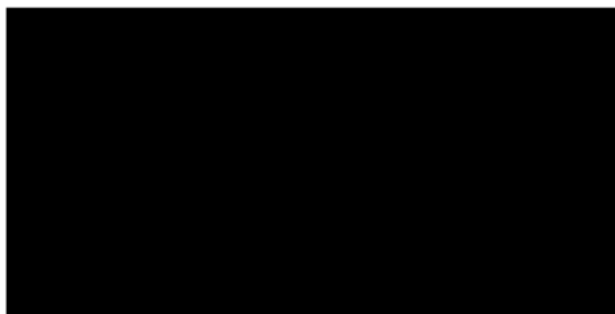
**8.24-** Não será permitido o uso de aparelhagem de som, nem realização de churrasco ou qualquer tipo de confraternização no interior do galpão do concurso leiteiro;

**8.24-** Os casos omissos serão esclarecidos e decididos exclusivamente pela comissão organizadora;

**8.25-** Os animais serão liberados logo após a premiação e a solenidade de encerramento, que se dará no dia 29/07/2026, às 11:00 horas.

Macaé, 15 de maio de 2026.

Ciente de acordo,





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

**ANEXO I : Ficha de Inscrição e termo de compromisso**

Nome do proprietário(a): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_

Nome e/o número do animal: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Raça: \_\_\_\_\_ Grau de Sangue: \_\_\_\_\_

Resenha(pelagem): \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

Nome do Bezerra(a): \_\_\_\_\_ Sexo:(F) (M) - Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Categoria: ( ) Vaca Jovem (Novilha de 2 a 4 dentes)

( ) até 20 kg

( ) até 30 kg

( ) Livre

Município: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi e estou ciente do regulamento do concurso leiteiro de Macaé 2026 e que as informações acima citadas são verdadeiras estão de acordo com o regulamento,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proprietário(a)

Macaé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**ANEXO I - B**

**CROQUI DO EVENTO**








PLANTA DE LOCALIZAÇÃO  
SEM ESCALA

EXISTENTE        
 À DEMOLIR        
 À CONSTRUIRE      

PLANTA DE SITUAÇÃO  
SEM ESCALA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÃO:			
TETO	PAREDE	PISO	
1 TELHADO APARENTE (AZO ZINCADO)	1 TINTA ACRILICA FOGDO - BRANCO	1 PISO CERÂMICO	
2 PINTURA ACRILICA	2 AZULEJO O,15x0,15 m@ 1,50m - BRANCO	2 PISO CIMENTADO	
3 FÓRRO DE MADEIRA	3 AZULEJO O,15x0,15 m@ O TETO	3 AREIA	
4 TELHADO APARENTE (TELHA CERÂMICA)	4 REVESTIMENTO CERÂMICO BRANCO 2X30X30 ATÉ O TETO	4 PISO ARDÓSA	
5 TELHADO APARENTE (TELHA FIBROCEMENTO)	5 REVESTIMENTO CERÂMICO BRANCO 1X30X30 ATÉ O TETO		
	6 REVESTIMENTO CERÂMICO AZUL 1X30X30 ATÉ A ALTURA DE 1,20X0M		

	PISO INTERTRAVADO		PARALELEPÍPEDO		GRAMA
---	-------------------	---	----------------	---	-------



[www.macaé.rj.gov.br](http://www.macaé.rj.gov.br)

## PARQUE DE EXPOSIÇÕES

PROJETO

AS BUILT - ARQUITETURA

PLANTA DE SITUAÇÃO

LOCAL  
RODOVIA AMARAL PEIXOTO

CADASTRO MUNICIPAL

FOLHA

01/33

BAIRRO  
SÃO JOSÉ DO BARRETO

ZUD 04

DESENHO  
ARQ. MILENA LATERÇA

REVISÃO  
ENG. ROBERTO DE OLIVEIRA

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

CARIMBO E ASSINATURA

NOME DO ARQUIVO  
2021-XX-SJBA-PARQUEXPO-ARQ.DWG

DATA  
SETEMBRO 2022

**APROVAÇÃO**

CARIMBO E ASSINATURA

SOLICITANTE	Nº DA OBRA
SECRETARIA DE AGROECONOMIA	4774

**OBS.:**

ESTE DOCUMENTO É DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, E NÃO PODE SER REPRODUZIDO OU USADO PARA QUALQUER FINALIDADE DIFERENTE DAQUELA PARA QUAL ESTÁ SENDO FORNECIDO



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**ANEXO I - C**

**MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA**

Eu, ..... (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., portador(a) do CPF nº ....., declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas à contratação de empresa especializada em serviços de produção e organização de competição de cavalos marchador, gado nelore e concurso leiteiro, para realização da 42ª Exposição Agropecuária de Macaé, a ser realizado entre 24 e 29 de julho de 2026.

**DECLARO**, para os devidos fins, que vistoriei todas as dependências dos edifícios onde serão executados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

**DECLARO** também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante da Secretaria Municipal de Agroeconomia

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A empresa abaixo se propõe a executar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	14591	01 Árbitro de andamento oficial credenciado junto à associação brasileira de criadores de cavalo campolina/campolina - período integral	Diária	06		
2	14591	01 Árbitro de morfologia oficial credenciado junto à associação brasileira de criadores de cavalo campolina/mangalarga - período integral	Diária	06		
3	14591	Disponibilização de Cavalos da raça campolina/mangalarga devendo estar devidamente vacinados e registrados;	Unidade	80		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	14591	Técnico de admissão de pista, para o trabalho de entrada dos animais na pista, período integral.	Diária	06		
5	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV, que deverá ficar a disposição nos dias 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	08		
6	14591	Serviços de solicitação de chancela do evento junto associação brasileira dos criadores do cavalo campolina/mangalarga, para efeito de ranqueamento da EXPO Macaé 2026.	Unidade	01		
7	14591	Serviços de captação de criadores da raça campolina/mangalarga nível região sudeste do Brasil para expor os seus exemplares da raça campolina na expo Macaé 2026, através de contatos telefônicos e redes sociais segmentadas.	Unidade	01		
8	14591	Serviço de controle e recebimento de todas as inscrições dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias que antecedem a EXPO Macaé 2026.	Unidade	01		
9	14591	Serviço de 01 profissional para recepção, controle sanitário e controle de registros junto a associação de todos os exemplares da raça campolina/mangalarga, na entrada do Parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23, 24.	Diária	03		
10	14591	Serviço de cadastramento de todos os exemplares da raça campolina/mangalarga no sistema único de exposições da respectiva raça.	Unidade	01		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	14591	Impressão de catálogos que serão distribuídos aos criadores contendo todos os exemplares da raça campolina/mangalarga que darão entrada no Parque de Exposições Latiff Mussi	Unidade	150		
12	14591	Serviço de digitação de sumulas de julgamentos e competições dos exemplares da raça campolina/mangalarga	Unidade	100		
13	14591	Serviço de 01 profissional de recepção na pista de julgamentos e competições para conferencia de resenhas, embocaduras, ferraduras, esporas e integridade de cada exemplar da raça campolina/mangalarga que for competir nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06		
14	14591	Serviço de locução profissional e segmentada da pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06		
15	14591	Serviço de 03 profissionais para acompanhamento dos árbitros na pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06		
16	14591	Serviço de digitação e geração de relatórios das competições e julgamentos dos exemplares da raça campolina/mangalarga através de 01 profissional, usando o sistema único da respectiva associação dos criadores nos dias 24, 25, 26, 27, 28, 29.	Diária	06		



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	14591	Serviço de liberação dos documentos sanitários e registros dos exemplares da raça campolina/mangalarga que participaram da Expo Macaé 2026 no dia 29/07/2026, para efeito de retorno as suas origens.	Unidade	01		
18	453421	Feno: Aplicação: Alimentação Animal Características Adicionais: Mínimo De 12% Proteína Bruta, Composição: Feno De Capim Tifton 85	Kg	3360		
19	245282	Ração Animal Ingredientes: Mínimo De 12% De Proteínas Tipo Ração: Balanceada Espécie Animal: Equinos Saco de 40 kg	Saco	42		
20	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	25		
21	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	25		
22	14001	Emissão de guia de trânsito animal (GTA)	Unidade	80		
23	14591	Locação, montagem e desmontagem de baias para equinos, portáteis, de ferro e madeirite, de 3,5 x 3,5m com cobertura metálica.	Unidade	80		

LOTE 2						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	14591	02 (dois) Árbitro oficial credenciado junto à respectiva associação brasileira de criadores de raça nelore - período integral	Diária	06		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 2						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
25	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV, que deverá ficar a disposição nos dias 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	08		
26	14591	Disponibilização de gados da raça nelore, devidamente vacinas e registrados.	Unidade	120		
27	14591	Serviços de solicitação de chancela do evento junto associação de criadores da raça nelore, para efeito de ranqueamento da Expo Macaé 2026.	Unidade	01		
28	14591	Serviços de captação de criadores da raça nelore nível Brasil para expor os seus exemplares da raça nelore na expo Macaé 2026, através de contatos telefônicos e redes sociais segmentadas.	Unidade	01		
29	14591	Serviço de controle e recebimento de todas as inscrições dos exemplares da raça nelore nos dias que antecedem a Expo Macaé 2026.	Unidade	01		
30	14591	Serviço de 01 profissional para recepção, controle sanitário e controle de registros de todos os exemplares da raça nelore na entrada do parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23 e 24.	Diária	03		
31	14591	Serviço de cadastramento de todos os exemplares da raça nelore no sistema único de exposições da raça nelore.	Unidade	01		
32	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a pesagem de cada exemplar da raça nelore que der entrada no parque de Exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23, 24.	Diária	03		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 2						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
33	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a mensurações, usando os aparelhos adequados para essa finalidade, de cada exemplar da raça nelore que der entrada no parque de exposições Latiff Mussi, nos dias 22, 23, 24.	Diária	03		
34	14591	Serviço de 04 profissionais para realizar a confirmação de prenhez através de aparelho ultra sonografia, de cada exemplar da raça nelore do sexo feminino após 16 meses de idade, que der entrada no parque de exposições Latiff Mussi, nos dias 23, 24 e 25.	Diária	03		
35	14591	Impressão de catálogos que serão distribuídos aos criadores contendo todos os exemplares da raça nelore que deram entrada no parque de exposições Latiff Mussi	Unidade	200		
36	14591	Serviço de digitação de sumulas de julgamentos e competições dos exemplares da raça nelore	Unidade	262		
37	14591	Serviço de 01 profissional de recepção na pista de julgamentos e competições para conferencia de resenhas, e integridade de cada exemplar da raça nelore que for competir nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		
38	14591	Serviço de locução profissional e segmentada da pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		
39	14591	Serviço de 04 profissionais para acompanhamento dos árbitros na pista de competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 2						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40	14591	Serviço de digitação e geração de resultados das competições e julgamentos dos exemplares da raça nelore através de 01 profissional, usando o sistema único da raça, nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		
41	14591	Serviço de liberação dos documentos sanitários e registros dos exemplares da raça nelore que participarão da expo Macaé 2026 no dia 29/07/2026, para efeito de retorno as suas origens.	Unidade	01		
42	248990	Cavaco Madeira Aplicação: Cama De Animais Tipo: Pinus Apresentação: Seco, Sem Pó E Mistura De Outras Madeiras	KG	10000		
43	233559	Milho" Tipo: Picado , Aplicação: Alimento Para Animais descrição complementar: silagem	KG	25000		
44	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	25		
45	14591	Flamula personalizada fabricada em tecido. Medindo 0,80x0,50m	Unidade	25		
46	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	25		

LOTE 3						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
47	14001	Serviços de médico veterinário, devidamente registrado junto ao CRMV realização do concurso nos dias 24,25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 3						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
48	14591	(2) Árbitros oficial credenciado para Julgamento do concurso nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29.	Diária	06		
49	14001	Realização de exame de brucelose	Unidade	60		
50	14001	Realização de exame de tuberculose	Unidade	60		
51	233559	“Milho” Tipo: Picado, Aplicação: Alimento Para Animais descrição complementar: silagem	KG	9000		
52	14591	Serviços de transporte de animais de grande portes com caminhão carroceria fixa 8.5 t adaptada para transporte nos dias 22 e 23 para entrada dos animais e no dia da saída (dia 29)	Diária	03		
53	248990	Cavaco Madeira Aplicação: Cama De Animais Tipo: Pinus Apresentação: Seco, Sem Pó E Mistura De Outras Madeiras	KG	5000		
54	14591	Premiação em dinheiro para concurso leiteiro - 1º ao 3º em 4º categorias, conforme regulamento. Obs: A empresa vencedora do certame deverá assegurar a entrega da premiação no valor integral previamente definido pela Administração, independentemente do valor do lance final ofertado no processo licitatório. <b>VALOR TOTAL DA PREMIAÇÃO: R\$ 88.000,00</b>	Unidade	01		
55	14591	Faixa personalizada fabricada em fitas de cetim com flâmula. Medindo 1,40m de comprimento e indicação da colocação.	Unidade	16		
56	14591	Troféu em MDF, com acabamento em acrílico, com base, medindo 30 cm de altura e detalhe central com impressão personalizada e indicação da colocação.	Unidade	16		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

LOTE 3						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
57	14591	Locação de ordenhadeira mecânica, Incluso a instalação, desmontagem e atendimento de emergência.	Diária	06		

**1. PREÇO TOTAL OFERTADO:**

1.1. O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026.

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

**3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**4. DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante  
Responsável legal  
assinar e carimbar

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-002960/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE MACAÉ E A EMPRESA**  
\_\_\_\_\_, **NA**  
**FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, na cidade de Macaé - RJ, neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_,  
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_,  
doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_/2026, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de produção e organização de competição de cavalos marchador, gado nelore e concurso leiteiro, para realização da 42ª Exposição Agropecuária de Macaé, a ser realizado entre 24 e 29 de julho de 2026, no Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha, para atendes as necessidades da Secretaria Municipal de Agroeconomia, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.2. A finalidade da contratação é a realização da Exposição Agropecuária do Município de Macaé, envolvendo provas e exposições de equinos e bovinos, bem como a realização de concurso leiteiro, evento tradicional que integra o calendário oficial do Município e constitui importante instrumento de fomento à agropecuária local e regional, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl.        do processo administrativo em epígrafe.

### CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviços efetivamente executada, do valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para prestação de serviço em questão levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE MACAÉ, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição nos serviços prestados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, programa de trabalho \_\_\_\_\_, elemento de despesa \_\_\_\_\_, nota de empenho \_\_\_\_/\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, vigente para o exercício de \_\_\_\_\_.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

### **CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura.

5.2. O evento em si, com todas as suas provas e atrações, será executado no período de 06 (seis) dias consecutivos, que ocorrerá nos dias 24, 25, 26, 27, 28 e 29 de julho de 2026.

5.3. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000.

5.4. Os serviços serão executados a partir da assinatura do contrato, dentro dos prazos previstos nos subitens anteriores e o contrato terá duração de 90 (noventa) dias.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base março/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

- 7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.
- 7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.
- 7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.
- 7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- 7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- 7.10. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- 7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- 7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- 7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.22. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

### **CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022:

9.1.1. Gestor do Contrato: Maicon Viana Gomes, Matrícula nº 43967, designado pela Portaria 002/2025.

9.1.2. Comissão de Fiscalização: Carla Simone Soares da Silva, Matrícula nº 408.337; Rogenilda Lemos de Azevedo Athayde, Matrícula nº 408.318, designados por intermédio da Portaria 002/2025.

9.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

9.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

9.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

9.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

9.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

9.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

9.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

- 9.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 9.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 9.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 9.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 9.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 9.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 9.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 9.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 9.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;
- 9.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;
- 9.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 9.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 9.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 9.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 9.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 9.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 9.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;
- 9.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;
- 9.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;
- 9.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

9.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

9.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

9.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

9.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

9.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

9.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

9.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

9.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

9.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

9.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas à CONTRADA as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022 e Decreto Municipal 032/2026.

10.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

10.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

10.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

11.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

11.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

11.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

11.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA**

12.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, em favor do Município de Macaé, cuja a guia de depósito deve ser solicitada através do e-mail [cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br](mailto:cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br).

12.3. No caso da opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

12.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

12.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pela CONTRATADA, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.5. A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

- 12.6. No caso de renovação da contratação, a CONTRATADA deverá renovar a garantia;
- 12.7. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a CONTRATADA reforçará a garantia, conforme o caso;
- 12.8. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;
- 12.9. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;
- 12.10. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);
- 12.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a extinção unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.**

- 13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.
- 13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:
- 13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;
- 13.2.2. Na hipótese da CONTRATADA, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;
- 13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.
- 13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS**

14.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO**

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

16.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

19.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

19.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

19.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

19.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15**

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)**

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

22.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

22.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

22.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

22.2.2. indenizações;

22.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

22.2.4. penalidades contratuais e seu cálculo.

22.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

22.3.1. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

22.3.2. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

22.3.3. ao poder de fiscalização e de regulação;

22.3.4. à rescisão do contrato.

22.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

23.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**  
(Secretário Municipal)  
*Contratante*

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**  
**Empresa.....**  
RL xxxxxxxxxxxxxxxxx  
*Contratada*

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
RG. n.º  
CPF n.º

\_\_\_\_\_  
RG. n.º  
CPF n.º